



**Demonstrações Financeiras Individuais  
Preparadas de Acordo com Práticas  
Contábeis Adotadas no Brasil**

**Banco Original do Agronegócio S.A.**

**30 de Junho de 2016**

<b>ÍNDICE</b>	<b>Pág.</b>
<b>Relatório da Administração</b>	<b>1</b>
<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Balancos Patrimoniais	<b>5</b>
Demonstrações dos Resultados	<b>7</b>
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	<b>8</b>
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	<b>9</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	
Nota 1 . Contexto Operacional	<b>10</b>
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	<b>10</b>
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	<b>10</b>
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de caixa	<b>12</b>
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<b>13</b>
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	<b>13</b>
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	<b>16</b>
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>16</b>
Nota 9 . Outros Créditos	<b>18</b>
Nota 10 . Outros Valores e Bens	<b>19</b>
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	<b>20</b>
Nota 12 . Imobilizado de Uso	<b>20</b>
Nota 13 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	<b>21</b>
Nota 14 . Outras Obrigações	<b>22</b>
Nota 15 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	<b>22</b>
Nota 16 . Patrimônio Líquido	<b>23</b>
Nota 17 . Limites Operacionais	<b>23</b>
Nota 18 . Partes Relacionadas	<b>24</b>
Nota 19 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	<b>25</b>
Nota 20 . Despesas de Pessoal	<b>25</b>
Nota 21 . Outras Despesas Administrativas	<b>25</b>
Nota 22 . Despesas Tributárias	<b>25</b>
Nota 23 . Outras Receitas Operacionais	<b>25</b>
Nota 24 . Outras Despesas Operacionais	<b>26</b>
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	<b>26</b>
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	<b>26</b>
Nota 27 . Outras Informações	<b>27</b>

#### Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao primeiro semestre findo em 30 de Junho de 2016, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento, além do redirecionamento do segmento do Agronegócio com a ampliação de sua atuação original na pecuária para agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados. Estes esforços apresentam resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas e produtores rurais convertidos em clientes.

Em 2016, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco nestes importantes nichos do mercado brasileiro.

### • Desempenho nos Negócios

#### 1. Resultados

Em 30 de Junho de 2016, o Banco apresentou lucro líquido no semestre de R\$ 21.609, contra um prejuízo de R\$ 405 apresentados no 1º semestre de 2015.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 31.270 no 1º semestre de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015 o resultado foi de R\$ 8.004.

#### 2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 151.288 (2015 - R\$ 194.221), e é representado principalmente por:

Descrição	2016	2015
Aplicações Interfinanceiras	43.682	72.615
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	83.828	58.324
Carteira de Créditos e Outros		
Créditos com Característica de Operação de Crédito	17.975	60.637

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 17.975, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 6.436, correspondente a 36% da carteira total, em 2015 correspondiam a R\$ 60.637, R\$20.432, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

### 3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 132.194 (2015 - R\$ 104.884), composto da seguinte maneira:

Descrição	2016	2015
Capital Social	109.123	104.015
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(138)	(462)
Reservas de Lucros	23.209	1.736
Prejuízos Acumulados	-	(405)

### • Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings <sup>(1)</sup>	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+
Moody's <sup>(2)</sup>	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's <sup>(3)</sup>	brA-3	brBBB	-	-

(1) Agosto 2016

(2) Julho 2016

(3) Abril 2016

### • Governança Corporativa

#### 1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da Instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Banco Original do Agronegócio S.A., revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo BACEN.

• **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2016 e 2015 não houve abertura de uma demanda na ouvidoria direcionada ao Banco Original do Agronegócio.

• **Pessoas**

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da Instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

• **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 25 de Agosto de 2016.

**Diretoria**

**Contador**

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco Original do Agronegócio S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
<b>Ativo Circulante</b>		<b>116.937</b>	<b>110.762</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>101</b>	<b>48</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>43.682</b>	<b>72.615</b>
Aplicações no Mercado Aberto		43.682	11.440
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	61.175
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>57.879</b>	<b>68</b>
Carteira Própria		51.975	-
Vinculados à Prestação de Garantias		5.904	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.2	-	68
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>34</b>	<b>60</b>
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	10
Créditos Vinculados:		<b>34</b>	<b>50</b>
Depósitos no Banco Central		34	50
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>10.483</b>	<b>34.438</b>
Setor Privado		16.279	49.861
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(5.796)	(15.423)
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>4.713</b>	<b>3.474</b>
Negociação e Intermediação de Valores		-	41
Créditos Tributários	9.b	763	1.984
Diversos	9.c	3.950	1.449
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>10</b>	<b>45</b>	<b>59</b>
Despesas Antecipadas		45	59
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>33.698</b>	<b>82.061</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>25.949</b>	<b>58.256</b>
Carteira Própria		23.024	46.257
Vinculados à Prestação de Garantias		2.925	11.999
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>1.056</b>	<b>5.967</b>
Setor Privado		1.696	10.976
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(640)	(5.009)
<b>Outros Créditos</b>		<b>6.693</b>	<b>17.838</b>
Créditos Tributários	9.b	6.693	17.838
<b>Permanente</b>		<b>653</b>	<b>1.398</b>
<b>Investimentos</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>445</b>
Participações em Coligadas e Controladas:		100	445
No País		100	445
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>12</b>	<b>553</b>	<b>953</b>
Outras Imobilizações de Uso		3.294	3.292
(Depreciações Acumuladas)		(2.741)	(2.339)
<b>Total do Ativo</b>		<b>151.288</b>	<b>194.221</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
<b>Passivo Circulante</b>		<b>18.604</b>	<b>81.148</b>
<b>Depósitos</b>	<b>13.a</b>	<b>10.315</b>	<b>68.478</b>
Depósitos à Vista		1.970	2.117
Depósitos a Prazo		8.345	66.361
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>13.b</b>	<b>734</b>	<b>9.417</b>
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		734	9.417
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>62</b>	<b>7</b>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		62	7
<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	<b>13.c</b>	<b>-</b>	<b>110</b>
Outras Instituições		-	110
<b>Outras Obrigações</b>		<b>7.493</b>	<b>3.136</b>
Fiscais e Previdenciárias	14.a	5.093	120
Negociação e Intermediação de Valores		-	1
Diversas	14.b	2.400	3.015
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>490</b>	<b>8.189</b>
<b>Depósitos</b>	<b>13.a</b>	<b>-</b>	<b>7.212</b>
Depósitos a Prazo		-	7.212
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>13.b</b>	<b>490</b>	<b>977</b>
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		490	977
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>132.194</b>	<b>104.884</b>
Capital Social:		<b>109.123</b>	<b>104.015</b>
De Domiciliados no País	16.a	109.123	104.015
Reservas de Lucros	16.d	23.209	1.736
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	(138)	(462)
Lucro/ Prejuízos Acumulados		-	(405)
<b>Total do Passivo</b>		<b>151.288</b>	<b>194.221</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		01/01 a	01/01 a
	Nota	30/06/2016	30/06/2015
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>		<b>38.786</b>	<b>10.386</b>
Receita de Operações de Crédito	8.g	31.270	8.004
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	7.533	8.959
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	(17)	(6.469)
Resultado de Operações com Câmbio		-	(108)
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>1.393</b>	<b>(6.228)</b>
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(4.241)	(7.991)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	(3)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		5.634	1.766
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>40.179</b>	<b>4.158</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(1.373)</b>	<b>(4.832)</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	2.974	30
Despesas de Pessoal	20	(86)	(63)
Outras Despesas Administrativas	21	(3.593)	(4.661)
Despesas Tributárias	22	(563)	(401)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	-	14
Outras Receitas Operacionais	23	42	345
Outras Despesas Operacionais	24	(147)	(96)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>38.806</b>	<b>(674)</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>38.806</b>	<b>(674)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>25</b>	<b>(17.182)</b>	<b>269</b>
Provisão para Imposto de Renda		(2.753)	-
Provisão para Contribuição Social		(2.228)	-
Ativo Fiscal Diferido		(12.201)	269
Participação nos Lucros		(15)	-
<b>Lucro/ (Prejuízo) do Semestre</b>		<b>21.609</b>	<b>(405)</b>
<b>Lucro/ (Prejuízo) Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações</b>		<b>0,2161</b>	<b>(0,0041)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucro		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>104.015</b>	-	<b>1.736</b>	-	<b>14</b>	-	<b>105.765</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(476)	-	(476)
Prejuízo Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	(405)	(405)
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<b>104.015</b>	-	<b>1.736</b>	-	<b>(462)</b>	<b>(405)</b>	<b>104.884</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	-	-	-	-	<b>(476)</b>	<b>(405)</b>	<b>(881)</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>104.015</b>	<b>5.108</b>	<b>1.600</b>	-	<b>(289)</b>	-	<b>110.434</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	151	-	151
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	21.609	21.609
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal/ Estatutária	-	-	1.080	20.529	-	(21.609)	-
Aumento de Capital homologação BACEN	5.108	(5.108)	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2016</b>	<b>109.123</b>	-	<b>2.680</b>	<b>20.529</b>	<b>(138)</b>	-	<b>132.194</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	<b>5.108</b>	<b>(5.108)</b>	<b>(1.080)</b>	<b>(20.529)</b>	<b>151</b>	-	<b>21.760</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre</b>		<b>21.609</b>	<b>(405)</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre</b>		<b>7.188</b>	<b>(1.660)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	<b>(5.634)</b>	<b>(1.766)</b>
Carteira de crédito		(5.634)	(1.766)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	-	(14)
Depreciações e Amortizações	21	186	237
Ajuste a Valor de Mercado		273	56
Tributos Diferidos		12.201	(269)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	24	147	96
Provisão de Participações no Lucro		15	-
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre</b>		<b>28.797</b>	<b>(2.065)</b>
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>			
		<b>(67.535)</b>	<b>(18.289)</b>
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	759
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(25.504)	2.387
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		80	70
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		42.862	44.001
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(2.460)	1.955
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(14)	(53)
Aumento (Redução) em Depósitos		(65.375)	(38.767)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(9.170)	(26.377)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(110)	(104)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(7.844)	(2.160)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(38.738)</b>	<b>(20.354)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2)	(19)
Aumento de Capital Subscrito em Controlada		-	(14)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(2)</b>	<b>(33)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Juros sobre o Capital Próprio pagos		-	(1.020)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(1.020)</b>
<b>Modificações na Posição Financeira:</b>		<b>(38.740)</b>	<b>(21.407)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(38.740)</b>	<b>(21.407)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>		<b>82.523</b>	<b>94.070</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	<b>4</b>	<b>43.783</b>	<b>72.663</b>
<b>Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(38.740)</b>	<b>(21.407)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

### 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2016 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 25 de agosto de 2016 e serão divulgadas, no endereço eletrônico [www.original.com.br](http://www.original.com.br).

### 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

#### a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

#### b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

#### c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2016 e 2015, os valores são compostos conforme Nota 4.

#### e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### f) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2001 os títulos para negociação são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento;

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados ao valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 30 de junho de 2016 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### g) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco e as necessidades de clientes.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

#### h) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

O Banco Original adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Estas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características com Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

#### i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

#### j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

#### k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

##### k.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

##### k.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo móveis, equipamentos de uso, benfeitorias em imóveis de terceiros, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos, conforme Nota 12.

#### l) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No semestre de 30 de junho de 2016, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de Impairment.

#### m) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

#### n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei 13.169/15, fruto de conversão da MP 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refeleir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

#### o) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

#### p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

#### q) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

#### r) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 18.

#### s) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

#### t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976. No primeiro semestre de 2016 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

## 4. Caixa e Equivalentes de caixa

### Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira  
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)  
**Total**

	30/06/2016	30/06/2015
	101	48
	43.682	72.615
<b>Total</b>	<b>43.783</b>	<b>72.663</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>43.682</b>	-	-	<b>43.682</b>	<b>11.440</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>43.682</b>	-	-	<b>43.682</b>	<b>11.440</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	11.440
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	43.682	-	-	43.682	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	-	-	-	-	<b>61.175</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural	-	-	-	-	-
PRONAF	-	-	-	-	61.175
<b>Total</b>	<b>43.682</b>	-	-	<b>43.682</b>	<b>72.615</b>
<b>Circulante</b>				<b>43.682</b>	<b>72.615</b>
<b>Longo Prazo</b>				-	-

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

## 6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

#### a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

##### a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	30/06/2016	30/06/2015
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Carteira Própria</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.300	24	11.324	4.730
<b>Títulos Privados</b>				
Ações de Companhia Abertas	14.883	(1.283)	13.600	-
<b>Total</b>	<b>26.183</b>	<b>(1.259)</b>	<b>24.924</b>	<b>4.730</b>

##### a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	30/06/2016	30/06/2015
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Carteira Própria</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	50.301	(226)	50.075	41.527
<b>Total</b>	<b>50.301</b>	<b>(226)</b>	<b>50.075</b>	<b>41.527</b>
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	8.868	(39)	8.829	11.999
<b>Total</b>	<b>8.868</b>	<b>(39)</b>	<b>8.829</b>	<b>11.999</b>

### a.2) Classificação e Vencimento

#### a.2.1) Títulos para Negociação

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
					Total	Total
<b>Carteira Própria</b>						
<b>Títulos Públicos</b>						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	11.324	11.324	4.730
<b>Títulos Privados</b>						
Ações de Companhia Abertas <sup>(1)</sup>	13.600	-	-	-	13.600	-
<b>Total</b>	<b>13.600</b>	-	-	<b>11.324</b>	<b>24.924</b>	<b>4.730</b>
<b>Circulante</b>					<b>13.600</b>	-
<b>Longo Prazo</b>					<b>11.324</b>	<b>4.730</b>

(1) Ações da JBS S.A.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
<b>Carteira Própria</b>					
<b>Títulos Públicos</b>					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	38.375	11.700	50.075	41.527
<b>Total</b>	-	<b>38.375</b>	<b>11.700</b>	<b>50.075</b>	<b>41.527</b>
<b>Circulante</b>				<b>38.375</b>	-
<b>Longo Prazo</b>				<b>11.700</b>	<b>41.527</b>
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>					
<b>Títulos Públicos</b>					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	5.904	2.925	8.829	11.999
<b>Total</b>	-	<b>5.904</b>	<b>2.925</b>	<b>8.829</b>	<b>11.999</b>
<b>Total dos Títulos Disponíveis para Venda</b>					
<b>Circulante</b>				<b>5.904</b>	-
<b>Longo Prazo</b>				<b>2.925</b>	<b>11.999</b>

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

### a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.153	5.296
Rendas de Títulos de Renda Fixa	4.111	3.663
Resultado Renda Variável <sup>(1)</sup>	(731)	-
<b>Total</b>	<b>7.533</b>	<b>8.959</b>

(1) Resultado com ações da JBS S.A

### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o semestre findo em 30 de Junho de 2016 e 2015 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (*Value at Risk*), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

A carteira Trading a seguir corresponde ao Conglomerado Financeiro :

Carteira Trading - jun/2016		Value at Risk		jun/15
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	4.436	16.144	2.825
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	-	-	4
Milho	Preço do Milho CEPEA	-	-	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	3.932	407	393
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	25	28	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	18.166	15.204	15.464
Exposição com Correlação		25.758	39.338	16.358

Carteira Banking - jun/2016		Teste de Estresse		jun/15
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		32.323	31.822	30.328



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação. Os valores de resultados das operações ocorridas no semestre estão demonstradas como segue:

	30/06/2016			30/06/2015		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
<b>Swap</b>						
Posição Ativa	-	-	-	86	68	1.068
IPCA <sup>(1)</sup>	-	-	-	86	68	1.068
<b>Diferencial Líquido</b>	-	-	-	86	68	1.068

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	30/06/2016			30/06/2015	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos
<b>Resumo</b>					
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	-	-	-	(18)	1.068
<b>Total</b>	-	-	-	(18)	1.068

### b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	30/06/2016			30/06/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	68
<b>Total</b>	-	-	-	-	68

Valores Referenciais dos Futuros*	30/06/2016			30/06/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
DDI	-	-	-	-	7.731
DI	-	936	-	936	1.288
<b>Total</b>	-	936	-	936	9.019

\* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 8.829 (30/06/2015 - R\$ 11.999), representados por NTN.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

### b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 30/06/2016		01/01 a 30/06/2015	
	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
"Swap"	-	-	-	25
DI	-	(17)	(17)	9
DDI	-	-	-	(2.262)
Moedas	-	-	-	(4.241)
<b>Total</b>	-	(17)	(17)	(6.469)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 28 passivos, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

## 8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

### a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2016	30/06/2015
<b>Empréstimos e Títulos Descontados</b>	<b>17.975</b>	<b>56.631</b>
<b>Adiantamentos a Depositantes</b>	-	2
<b>Empréstimos</b>	<b>17.975</b>	<b>56.629</b>
Cédula de Produto Rural (CPR) <sup>(1)</sup>	16.473	51.525
Capital de Giro	1.497	5.074
Conta Corrente Garantida	-	30
Cheque Especial	5	-
<b>Financiamentos</b>	-	<b>3.991</b>
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) <sup>(2)</sup>	-	2.135
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) <sup>(3)</sup>	-	1.856
<b>Financiamentos Rurais e Agroindustriais</b>	-	<b>215</b>
<b>Sub-Total</b>	<b>17.975</b>	<b>60.837</b>
<b>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(6.436)</b>	<b>(20.432)</b>
<b>Total</b>	<b>11.539</b>	<b>40.405</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.483</b>	<b>34.438</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.056</b>	<b>5.967</b>

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

### b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

				30/06/2016	30/06/2016
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Parcelas a Vencer Acima de 360 dias		Total	Total
		Vencidas até 14 dias			
<b>Setor Privado</b>					
Rural	9.881	6.392	1.696	17.970	58.530
Indústria	-	-	-	-	2.306
Outros Serviços	-	-	-	-	1
Pessoas Físicas	-	5	-	5	-
<b>Total</b>	<b>9.881</b>	<b>6.397</b>	<b>1.696</b>	<b>17.975</b>	<b>60.837</b>

### c) Concentração de Crédito

	30/06/2016				30/06/2016	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	17.975	100%	6.436	100%	45.480	75%
50 Maiores Devedores Seguintes	-	0%	-	0%	15.357	25%
<b>Total</b>	<b>17.975</b>	<b>100%</b>	<b>6.436</b>	<b>100%</b>	<b>60.837</b>	<b>100%</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de Junho de 2016. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2016
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal <sup>(1)</sup>	Anormal <sup>(1)</sup>		Requerida
C	3%	6	1	7	-
E	30%	-	16.473	16.473	4.941
H	100%	1.003	492	1.495	1.495
<b>Total</b>		<b>1.009</b>	<b>16.966</b>	<b>17.975</b>	<b>6.436</b>

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2015
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal <sup>(1)</sup>	Anormal <sup>(1)</sup>		Requerida
A	0,5%	26.294	-	26.294	131
B	1%	2.304	-	2.304	23
C	3%	21	8.657	8.678	260
D	10%	432	2.047	2.479	248
E	30%	-	240	240	72
G	70%	3.067	746	3.813	2.669
H	100%	4.450	12.579	17.029	17.029
<b>Total</b>		<b>36.568</b>	<b>24.269</b>	<b>60.837</b>	<b>20.432</b>

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

#### e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2016	30/06/2015
<b>Saldo Inicial</b>	<b>13.971</b>	<b>30.787</b>
Constituição Líquida de Reversão	(5.634)	(1.766)
Baixa para Prejuízo	(1.901)	(8.589)
<b>Saldo Final</b>	<b>6.436</b>	<b>20.432</b>
<b>Circulante</b>	<b>(5.796)</b>	<b>(15.423)</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>(640)</b>	<b>(5.009)</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>	<b>28.133</b>	<b>285</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

No 1º semestre de 2016, os créditos renegociados são de R\$ 9.596 (30/06/2015 – R\$ 3.146) e a PCLD é de R\$ 3.581 (30/06/2015 - R\$ 1.856) relativo a operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 27.

#### f) Cessão de Crédito

##### f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de Dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

##### Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 33.253 conforme segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Valor da venda carteira ativa <sup>(1)</sup>	6.293	-
Valor da venda carteira baixada para prejuízo <sup>(2)</sup>	26.960	-
<b>Valor total da Venda <sup>(3)</sup></b>	<b>33.253</b>	<b>-</b>

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(2) O montante de R\$ 26.960 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) O valor total da cessão foi feita com partes relacionadas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Rendas de Empréstimos	3.137	7.254
Rendas de Financiamentos	-	465
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e) <sup>(1)</sup>	28.133	285
<b>Total</b>	<b>31.270</b>	<b>8.004</b>

(1) O impacto de R\$ 26.960 nessa rubrica refere-se a recuperação de prejuízo com a cessão da carteira de crédito. (Nota 8.f.1)

## 9. Outros Créditos

### a) Créditos Tributários

#### Créditos Fiscais Diferidos

	30/06/2016	30/06/2015
<b>Saldo Inicial</b>	<b>19.778</b>	<b>19.229</b>
Constituições	2.154	3.074
Reversões	(14.477)	(2.481)
<b>Saldo Final</b>	<b>7.455</b>	<b>19.822</b>
<b>Débitos Fiscais Diferidos (Nota 14.a)</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>54</b>	<b>42</b>
Constituições	-	3
Reversões	(54)	(35)
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>10</b>

#### a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018.).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Créditos Tributários" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo Fiscal	3.932	11.809
<b>Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%</b>	<b>983</b>	<b>2.952</b>
Base Negativa de Contribuição Social	3.937	11.812
<b>Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%</b>	<b>787</b>	<b>1.772</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.436	20.432
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.100	2.742
Provisão para Despesas Administrativas	22	78
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	265	-
Ajustes Positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	1.260	808
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(71)	(38)
Ajustes Futuro - DI e DDI	106	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(5)	-
Perdas em Operações de Crédito	2.279	13.629
Outras Diferenças Temporárias	73	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	12.465	37.652
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	12.465	37.652
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>3.116</b>	<b>9.413</b>
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% <sup>(1)</sup></b>	<b>2.493</b>	<b>5.648</b>
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	265	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	106	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	1.258	808
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS</b>	<b>1.629</b>	<b>808</b>
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
<b>Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos</b>	<b>76</b>	<b>38</b>
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>7.455</b>	<b>19.822</b>
<b>Circulante</b>	<b>762</b>	<b>1.984</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>6.693</b>	<b>17.838</b>

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018. O efeito da majoração de alíquota foi de R\$ 2.189 no crédito tributário.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### a.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2016	30/06/2015
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	23
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	-	(1)
<b>Total de Diferenças Temporárias- IRPJ</b>	-	<b>22</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	-	<b>6</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%</b>	-	<b>3</b>
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	23
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS</b>	-	<b>23</b>
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
<b>Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos</b>	-	<b>1</b>
<b>Total do Passivo Fiscal Diferido</b>	-	<b>10</b>
<b>Circulante</b>	-	<b>10</b>

### a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2016			30/06/2015		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2015	-	-	-	1.984	10	1.974
2016	761	-	761	2.079	-	2.079
2017	3.091	-	3.091	3.527	-	3.527
2018	3.603	-	3.603	7.419	-	7.419
2019	-	-	-	4.813	-	4.813
<b>Total</b>	<b>7.455</b>	-	<b>7.455</b>	<b>19.822</b>	<b>10</b>	<b>19.812</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

### b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de Junho de 2016, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 6.352 (2015 - R\$ 15.047).

### c) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	593	1.278
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	92	85
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 15.b.2)	-	30
Adiantamentos Salariais/Outros	13	6
Devedores Diversos - País <sup>(1)</sup>	3.252	50
<b>Total</b>	<b>3.950</b>	<b>1.449</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.950</b>	<b>1.449</b>

(1) Valores pendentes em transitórias de empréstimos que serão liquidados em D+

### 10. Outros Valores e Bens

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas Antecipadas	45	59
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>59</b>
<b>Circulante</b>	<b>45</b>	<b>59</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			30/06/2016	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Participação Direta e Indireta	
<b>Controladas do Banco</b>					
Original APP Ltda.	Intermediação	-	0,00%		0,00%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%		99,99%

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a 30/06/2016	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Original APP Ltda. <sup>(1)</sup>	-	-	-	345	-	14
Original Investimentos Imobiliários Ltda. <sup>(2)</sup>	100	-	100	100	-	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>445</b>	<b>-</b>	<b>14</b>

(1) O investimento alienado em novembro de 2015.

(2) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

### 12. Imobilizado de Uso

#### a) Imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	30/06/2016	30/06/2015
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	246	(125)	121	150
Sistemas de Processamento de Dados	2.787	(2.397)	390	721
Sistemas de Segurança e Comunicações	261	(219)	42	82
<b>Total</b>	<b>3.294</b>	<b>(2.741)</b>	<b>553</b>	<b>953</b>

#### b) Movimentação do Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2015				30/06/2016
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo Final
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	135	-	-	(14)	121
Sistemas de Processamento de Dados	542	-	-	(153)	389
Sistemas de Segurança e Comunicações	62	-	-	(19)	43
<b>Total</b>	<b>739</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(186)</b>	<b>553</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

#### a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016		30/06/2015	
					Total	Total		
Depósitos à Vista	1.970	-	-	-	1.970	2.117		
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	2.423	5.922	-	8.345	73.573		
<b>Total</b>	<b>1.970</b>	<b>2.423</b>	<b>5.922</b>	<b>-</b>	<b>10.315</b>	<b>75.690</b>		
<b>Circulante</b>					<b>10.315</b>	<b>68.478</b>		
<b>Longo Prazo</b>					<b>-</b>	<b>7.212</b>		

Em 30 de Junho de 2016 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 5.922 (30/06/2015 - R\$ 70.380) e CDB no montante de R\$ 2.423 (30/06/2016 - R\$ 3.193).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 98% e 115,50% do CDI e 109% do IPCA (2014 - 98,5% e 115,5% do CDI e IPCA 131,6%). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% do CDI, ou 106,10% a 108,3% do IPCA. (2014 - 108% e 121% do CDI ou 106,98% a 125,56% do IPCA).

#### a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a	
	30/06/2016	30/06/2015
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(3.950)	(6.628)
Captação no Mercado Aberto	(147)	(137)
LCA	(139)	(1.210)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(5)	(16)
<b>Total</b>	<b>(4.241)</b>	<b>(7.991)</b>

#### b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016		30/06/2015	
				Total	Total		
LCA	220	514	490	1.224	10.394		
<b>Total</b>	<b>220</b>	<b>514</b>	<b>490</b>	<b>1.224</b>	<b>10.394</b>		
<b>Circulante</b>				<b>734</b>	<b>9.417</b>		
<b>Longo Prazo</b>				<b>490</b>	<b>977</b>		

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 94% do CDI (2015 - 96% - 103,5% do CDI) ou 6,88% acrescido de 100% do IGPM (2015 - 61,36% a 80,22% do IGPM). Para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 9,29% a.a. e 9,10% (2015 - 8,39% a.a. a 12,46% a.a.).

#### c) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	30/06/2016		30/06/2015	
	Total	Total	Total	Total
Funcafé - Capital de Giro	-	110	-	110
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>110</b>	<b>-</b>	<b>110</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>110</b>	<b>-</b>	<b>110</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 14. Outras Obrigações

##### a) Fiscais e Previdenciárias

	<b>30/06/2016</b>	30/06/2015
Impostos e Contribuições a Recolher	<b>112</b>	<b>110</b>
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	26	24
Impostos e Contribuições sobre Salários	4	3
PIS	82	83
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	<b>4.981</b>	-
Provisão para Imposto de Renda	2.753	-
Provisão para Contribuição Social	2.228	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	-	10
<b>Total</b>	<b>5.093</b>	<b>120</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.093</b>	<b>120</b>

##### b) Outras Obrigações - Diversas

	<b>30/06/2016</b>	30/06/2015
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 16.b.1.1)	2.109	2.742
Provisão para Pagamentos a Efetuar	<b>157</b>	<b>129</b>
Despesas de Pessoal	41	16
Outras despesas administrativas <sup>(1)</sup>	42	27
Outros pagamentos <sup>(2)</sup>	74	86
Subscrições de capital a integralizar <sup>(3)</sup>	100	100
Credores Diversos - Exterior/País	34	44
<b>Total</b>	<b>2.400</b>	<b>3.015</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.400</b>	<b>3.015</b>
<b>Longo Prazo</b>	-	-

(1) Constituído pela despesa de publicações.

(2) Constituído basicamente por provisão de PLR funcionários.

(3) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (nota 11)

#### 15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

##### a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

##### b) Provisões e Passivos Contingentes

###### b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos.

Em 30 de junho de 2016, o Banco possuía R\$ 2.109 (30/06/2015 - R\$ 2.742) de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 92 (30/06/2015 - R\$ 30).

###### b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	<b>01/01 a 30/06/2016</b>	<b>01/01 a 30/06/2015</b>
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Trabalhistas</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.962</b>	<b>2.726</b>
Constituição Líquida de Reversão	147	16
<b>Saldo Final</b>	<b>2.109</b>	<b>2.742</b>



### b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos não foram efetuados depósitos judiciais (30/06/2015 - R\$ 30).

### b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 30 de Junho de 2016 o Banco não possui processos de natureza cível classificados como possível. Para processos de natureza trabalhista, no primeiro semestre de 2016 e 2015, o banco possui os seguintes montantes de passivo contingente classificado como perda possível:

	<b>01/01 a 30/06/2016</b>	<b>01/01 a 30/06/2015</b>
Processos Trabalhistas	116	133
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>133</b>

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 30 de Junho de 2016, o capital social de R\$ 109.123 (30/06/2015 - R\$104.015) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	<b>30/06/2016</b>		<b>30/06/2015</b>	
	<b>Ordinárias R\$</b>	<b>Total</b>	<b>Ordinárias R\$</b>	<b>Total R\$</b>
De Domiciliados no País	<b>109.123</b>	109.123	<b>104.015</b>	104.015
<b>Total</b>	<b>109.123</b>	<b>109.123</b>	<b>104.015</b>	<b>104.015</b>

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 5.108, mediante destinação do lucro sem a emissão de novas ações. Em 10 de março de 2016 o aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil.

### b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere - se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ (138) em 30 de Junho de 2015 R\$ (462).

### c) JCP e Dividendos

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram deliberados JCP.

### d) Reserva de Lucros

#### d.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro de exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão Estatuto Social e legislação vigente. Em 30 de junho de 2016 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.080 ( 2015 - Não foi constituída reserva legal no primeiro semestre).

#### d.2) Reserva Societária

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do exercício. Em 30 de junho de 2016 foi constituída reserva no montante de R\$ 20.529 ( 2015- Não foi constituída reserva estatutária).

## 17. Limites Operacionais

Segundo as regras do Banco Central, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades. Conforme cronograma de implantação destas diretrizes no Brasil, a exigência mínima da relação entre Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para o Conglomerado Original era de 11% até dezembro de 2015 e 10,5% após esta data.

O índice de Basileia foi calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro. Em janeiro de 2016, o Banco Central divulgou a Carta Circular 3.748, dispensando as instituições financeiras da remessa do índice de Basileia do Conglomerado Financeiro.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2016	30/06/2015
Patrimônio de Referência Nível I	2.069.922	1.987.285
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>2.069.922</b>	<b>1.987.285</b>
<b>RWA (Patrimônio de Referência Exigido) <sup>(1)</sup></b>	<b>8.754.358</b>	<b>5.690.878</b>
RWA <sub>CPAD</sub> (Parcela de Risco de Crédito)	5.933.354	4.403.678
RWA <sub>MPAD</sub> (Parcelas de Risco de Mercado)	2.269.846	788.953
RWA <sub>OPAD</sub> (Parcela de Risco Operacional)	551.158	498.247
<b>Índice de Basileia III e II</b>	<b>23,6%</b>	<b>34,9</b>

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

Em 2016 e 2015 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório e Patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 além de legislação complementar.

O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico [www.original.com.br](http://www.original.com.br).

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em junho de 2016 e 2015, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

## 18. Partes Relacionadas

### a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho 2016 e 2015:

Acionistas	30/06/2016		30/06/2015	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
J&F Participações Ltda. (J&F) <sup>(1)</sup>	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
<b>Total</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100%</b>

(1) Empresa de investimentos (Holding).

### b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de Junho de 2016 e 2015, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
	<b>Aplicações em Operações Compromissadas</b>	<b>43.682</b>	<b>11.440</b>	<b>3.202</b>
Banco Original S.A. <sup>(1)</sup>	43.682	11.440	3.202	444
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>61.175</b>	<b>-</b>	<b>2.372</b>
Banco Original S.A. <sup>(1)</sup>	-	61.175	-	2.372
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>(13.600)</b>	<b>-</b>	<b>(1.283)</b>	<b>-</b>
JBS S.A. (JBS)	(13.600)	-	(1.283)	-
<b>Depósito a Vista</b>	<b>(69)</b>	<b>(122)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(28)	(44)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	-	(7)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(12)	(35)	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(7)	-	-
<b>Depósito a Prazo</b>	<b>-</b>	<b>(334)</b>	<b>(30)</b>	<b>(37)</b>
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(334)	(30)	(37)

(1) Controlado pela J&F;

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Intermediação e Assessoria Financeira	2.972	28
Outras Prestações de Serviços <sup>(1)</sup>	2	2
<b>Total</b>	<b>2.974</b>	<b>30</b>

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

### 20. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Remuneração	(55)	(41)
Encargos	(19)	(12)
Benefícios	(12)	(10)
<b>Total</b>	<b>(86)</b>	<b>(63)</b>

### 21. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(425)	(703)
Depreciações e Amortizações	(186)	(237)
Propaganda e Publicidade <sup>(1)</sup>	(131)	(537)
Comunicações	(123)	(271)
Processamento de Dados	(2.268)	(2.293)
Aluguéis	(13)	(43)
Transportes e Viagens	-	(119)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1)	(1)
Manutenção e Conservação de Bens	(5)	(47)
Serviços do Sistema Financeiro	(104)	(160)
Outras	(337)	(250)
<b>Total</b>	<b>(3.593)</b>	<b>(4.661)</b>

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

### 22. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Despesa com COFINS	(353)	(259)
Despesa com ISS	(149)	(2)
Despesa com PIS/Pasep	(57)	(42)
Outras	(4)	(98)
<b>Total</b>	<b>(563)</b>	<b>(401)</b>

### 23. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Atualização de Impostos a Compensar	-	74
Recuperação De Encargos E Despesas	35	146
Atualização de Depósitos Judiciais	2	5
Reversão de Provisões Operacionais	-	120
Descontos	5	-
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>345</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 24. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	(147)	(482)
Indenizações Trabalhistas	-	(1.969)
<b>Total</b>	<b>(147)</b>	<b>(2.451)</b>

#### 25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de Junho de 2016 e 2015, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
<b>Resultado antes da Tributação e deduzida da participações do lucro</b>	<b>38.791</b>	<b>(674)</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	(14)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(538)	13
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(535)	296
<b>Base de cálculo - CSLL</b>	<b>38.253</b>	<b>(675)</b>
<b>Base de cálculo - IRPJ</b>	<b>38.256</b>	<b>(391)</b>
CSLL - 20%	(7.651)	101
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(9.531)	168
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(17.182)</b>	<b>269</b>
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(17.182)	269

#### 26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da Alta Administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Em conformidade com a regulamentação do BACEN, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: [www.original.com.br](http://www.original.com.br).

##### a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas.

A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's – Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Banco como um todo.

#### **b. Gerenciamento de Riscos de Mercado**

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da Instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da Instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

As estratégias de risco são definidas pela Alta Administração da Instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

#### **c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez**

A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteadada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado periodicamente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Banco e suportam o planejamento de liquidez da Instituição.

As principais variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

#### **d. Gerenciamento de Riscos de Crédito**

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações nos indexadores e moedas associados à obrigação.

No caso particular em que o cliente é a contraparte do Banco em uma operação de derivativos, avalia-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seus impactos nos instrumentos financeiros.

A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Banco, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

### **27. Outras Informações**

#### **a. Garantias Prestadas**

Em 30 de Junho de 2016, não foram concedidos avais de fianças à terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

\*\*\*\*